



Fui ministro da Segurança. Se ligasse para um secretário de Segurança Pública para dizer que a prioridade seriam os casos de feminicídio, ele fazia o que queria. Eu não tinha nenhum poder sobre ele"



O problema é que estamos na véspera do ano eleitoral. Estamos em uma grande disputa entre quem tem projeto de disputar eleição em 2026. Isso envenena todo o debate"



Existem momentos em que enfrentar bandido, com fuzil na mão, infelizmente é uma resposta dura. Mas isso, de forma nenhuma, significa concordar com esse volume extraordinário de mortes no Rio de Janeiro"

Como avalia essa dicotomia entre os estados e União? Ela já vinha ocorrendo antes mesmo do PL Antifacção e, inclusive, antes da PEC da Segurança. Como é possível estabelecer essa cooperação? Não tem como? A eleição vai sempre prevalecer?

O Brasil teve sete constituições. A primeira em 1824, a última em 1988. Em nenhuma delas — atenção: em nenhuma delas — o Poder Central, seja no Império, seja na República, teve atribuições em segurança pública. Não tem atribuição, não adianta procurar. Eu procurei. Você não vai encontrar. E não imagine que a Polícia Federal cuida de segurança pública. Não cuida. Isso sempre ficou com os estados. Por outro lado, você tem um crime que se nacionaliza e transnacionaliza, mas a função da Polícia Federal é cuidar de alguns ilícitos. Por exemplo: crime de repercussão nacional, crime interestadual — e assim por diante. E, mesmo assim, tem que pedir autorização ao Conselho Nacional de Justiça. Eu e a (então) procuradora Raquel Dodge tentamos trazer a competência do caso Marielle para a esfera federal. Não conseguimos. Agora, como é que os estados vão resolver um problema do PCC, que está em nada mais, nada menos, do que em 28 países? Como é que o estado da Paraíba, minha pequenina Paraíba, meu Pernambuco vai resolver uma coisa dessas? Não tem como.

O que precisa ser feito então?

É imperativo fazermos, aqui, o que tem no mundo afora. Tem polícia local, mas tem polícia nacional. É preciso haver coordenação nacional. Sem isso, não tem jogo. Porque não se compartilha informação, inteligência. Porque não se consegue fazer operações, a não ser na base da "brodagem". Tem que ser uma coisa devidamente ordenada. Vejam o que aconteceu na Operação Carbono Oculto, em que nove organizações foram participantes. E elas conseguiram se entender.

E ainda há o problema de os estados seguirem as diretrizes do poder central...

Fui ministro da Segurança. Se eu ligasse para um secretário de

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



A grande questão da violência é como o sistema funciona. O que fazem as polícias? Tiram bandido da rua. Aí, jogam os bandidos dentro de uma das 1.500 unidades prisionais. Lá dentro, quem manda? Os participantes da base criminal. Você está tirando bandido da rua e botando a serviço das gangues"

Segurança Pública para dizer que a prioridade seriam os casos de feminicídio, ele dizia: 'Muito bem, seu ministro, perfeito'. Desligava e fazia o que queria. Porque eu não tinha nenhum poder sobre ele. Zero. Não existe poder.

Boa parte do sistema prisional está a cargo dos estados também.

A grande questão da violência brasileira é como o sistema funciona. O que fazem as polícias? Tiram bandido da rua. Esse é o papel delas. Aí, jogam os bandidos dentro de uma das 1.500 unidades prisionais que o Brasil tem. Chegando lá dentro, quem é que manda? Poder estadual? Ministério Público? Justiça? Quem manda dentro são, exatamente, os participantes da base criminal: Comando Vermelho, Amigos dos Amigos, Primeiro Comando do Capital... Veja só a loucura que você faz. Você está tirando bandido da rua e botando a serviço das gangues. Um dia eles vão sair, mas não saem mais como bandidos isolados. Saem como bandidos fazendo parte de uma gangue, tendo cobertura dela e, para ela, trabalhando. O sistema funciona assim.

Essa é a máquina do demônio que faz com que a segurança pública do Brasil, hoje, seja funcional da violência, funcional do crime organizado e funcional do que estamos vivendo.

Tudo isso está sendo devidamente discutido no projeto que está no Congresso?

O governo Lula tem três aspectos que é importante ressaltar. Primeiro, a PEC 18. Sem ela, não tem jogo. Em segundo lugar, a operação de São Paulo (Carbono Oculto). Demonstrou capacidade de inteligência e integração entre organismos. Seria importantíssimo que isso pudesse se transformar em algo, em uma norma, em algo formal. Em terceiro lugar, essa lei Antifacção, que também é muito importante para que a gente possa enfrentar aqueles que dominam o território e aterrorizam as comunidades. Acho que isso aí é positivo. Agora, o problema é que estamos na véspera do ano eleitoral. No ano eleitoral, a contabilidade, a preocupação é eleitoral, é voto. Estamos, assim, em uma grande disputa entre quem pretende, tem projeto de disputar eleição em 2026. E isso,

evidentemente, envenena todo o debate. Esperamos que haja bom senso e pensem no Brasil. Porque ele está precisando, está gritando.

Em relação à operação no Rio, muitos políticos têm dificuldade de expressar opinião porque podem até avaliar que foi mal-sucedida. Mas ficam com medo da reação da opinião pública, que é a favor. Como avalia isso?

Concordo em gênero, número e grau. Mas certas coisas, certos valores, você não pode abrir mão deles. O (ex-presidente) Fernando Henrique Cardoso dizia uma coisa que nunca esqueci. Falava assim: "Popularidade, você perde, você ganha. Credibilidade, você só perde uma vez". Às vezes, a gente sai para apanhar, tem que apanhar. E precisa, infelizmente, enfrentar isso, para poder sair lá na frente com aquilo que considero fundamental como político: credibilidade.

Falta credibilidade nas políticas de segurança pública?

Nesse momento de pouca confiança da população na política, é fundamental a gente saber que tem horas que é preciso ir contra

a maré, o consenso. Agora, é preciso também ter uma racionalidade. Existem momentos em que enfrentar bandido, armado, com fuzil na mão, infelizmente é uma resposta dura. E não são teorias nem boa vontade que vão resolver isso. Mas isso, de forma nenhuma, significa concordar com esse volume extraordinário de mortes no Rio de Janeiro.

É a favor de um Ministério da Segurança Pública?

Acho que o ministro (Ricardo) Lewandowski está fazendo um excelente trabalho. Não é uma questão de ministro. A questão, aqui, é de ter o Ministério da Segurança Pública. Não vejo nenhuma razão para não tê-lo. É uma necessidade colocada, suplicada, requerida pela população brasileira — e note, pela democracia. Democracia, às vezes, você precisa lembrar, precisa de ordem. O que a democracia nos dá? É uma ordem regulada, é uma ordem democrática. O que quer dizer? É uma ordem que todos consentem com ela. Não é impositivo, não é autoritário. Mas, sem sombra de dúvida, democracia é ordem regulada.

SEU INVESTIMENTO COM ENDEREÇO CERTO

ÁGUAS CLARAS

RESIDENCIAL

TOMIE OHTAKE

3 e 4 SUÍTES

89 m² A 408 m²



1975 | 2025

3326.2222
www.paulooctavio.com.br